



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.  
ISSN: 2594-5688  
secretaria@sbap.org.br  
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**Gestão Socioambiental sob a Ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública: um estudo na Universidade Federal de Viçosa**

**Karen Marcella De Souza Martins, Ana Cláudia Azevedo**

**[ARTIGO] GT 3 Gestão de Organizações Públicas**

# **Gestão Socioambiental sob a Ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública: um estudo na Universidade Federal de Viçosa**

## **RESUMO**

Este estudo analisou o caso da gestão socioambiental na Universidade Federal de Viçosa (UFV), nos moldes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), levantando as práticas socioambientais da instituição, identificando em qual dos eixos da A3P cada prática socioambiental se encaixa e estabelecendo o status de desenvolvimento de cada eixo da A3P. Buscou-se também compreender como a estrutura administrativa da instituição colabora com a Gestão Socioambiental, além de identificar se o processo rumo à sustentabilidade da organização é adequado. Identificou-se que a universidade possui uma articulação da estrutura administrativa que dá bases para a gestão socioambiental. Os resultados servem de base para outras instituições que buscam se enquadrar a A3P, além de servir como instrumento de reflexão para a própria UFV em relação à melhoria contínua de suas práticas de gestão socioambiental.

Palavras-chave: Gestão Socioambiental. A3P. Sustentabilidade. Instituições de Ensino.

## **1.INTRODUÇÃO**

Com a crescente degradação, torna-se cada vez maior a preocupação com as ações que impactam o meio ambiente. Sendo assim, as organizações e os mais diversos *stakeholders* passaram a entender a parcela de responsabilidade que possuem frente ao papel socioambiental que ocupam, além do que, tal papel mostrou-se relevante para a construção da imagem das organizações (COHEN et al., 2017).

Consonante a esta preocupação de apoiar, prevenir e resolver problemas ambientais, no âmbito da administração pública, destaca-se um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), denominado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Este programa de adesão voluntária tem o intuito de incentivar a Gestão Socioambiental em órgãos públicos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, página 36).

Diante disso, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) aderiram ao programa e mostraram a sua preocupação com as questões socioambientais, considerando a importância da A3P e da Gestão Socioambiental para o bem-estar da sociedade e para o desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA et al., 2021). Nesse sentido, vários pesquisadores têm buscado realizar estudos sobre essas temáticas na esfera da administração pública.

É possível citar o trabalho de Araújo, Freitas e Rocha (2017), que realizaram um estudo a fim de identificar as práticas de gestão ambiental em uma universidade federal, de uma perspectiva bem operacional abordaram a questão do plano de gestão ambiental, ressaltando a relevância de uma comissão gestora que possa desenvolvê-lo e implementá-lo.

Em seu estudo, Figueiredo, Sales e Batista (2021) identificaram o processo de institucionalização da TI verde em organizações públicas, uma alternativa de gestão sustentável. Os autores também utilizaram a Gestão Socioambiental e a A3P como critério de seleção dos casos, tendo em vista que a TI verde é uma tentativa viável de solução para evitar problemas sobre o uso inadequado dos recursos de TI, como a matéria-prima usada na fabricação e o descarte correto.

Em publicação recente, Oliveira, Santos e Cabral (2021) investigaram as ações socioambientais de algumas IES no estado do Ceará, utilizando as bases e os eixos da A3P. O estudo indicou que as ações mais praticadas estão relacionadas ao eixo de qualidade de vida. Os autores também destacaram que os cortes de verbas nas IES dificultam a inserção de ações socioambientais e que a A3P é uma ótica adequada para reflexões críticas sobre gestão socioambiental.

Diante do avanço alcançado por pesquisas anteriores envolvendo o escopo da gestão socioambiental, instrumentalizada pela A3P em instituições de ensino, o recorte deste estudo também recai sobre o âmbito de uma universidade específica e tem como questão de pesquisa: quais são as ações pautadas na Gestão Socioambiental de uma universidade a partir dos eixos da A3P? Para tanto, o lócus para esta investigação será a Universidade Federal de Viçosa – UFV. A universidade foi classificada entre as melhores universidades do mundo pelo *Academic Ranking of World Universities* em 2022, ela também está posicionada no *Global Ranking of Academic Subjects* entre as 101-105 melhores nas áreas de Ciências Agrárias e Tecnologia de Alimentos.

A partir da definição da questão, tem-se como objetivo geral apurar e analisar quais são as práticas de Gestão Socioambiental da UFV sob a ótica da A3P. Os objetivos específicos são: (i) levantar as práticas socioambientais implementadas e em vias de implementação da instituição; (ii) identificar em qual dos eixos da A3P cada prática socioambiental aplicada se encaixa; (iii) identificar o status de desenvolvimento de cada eixo da A3P na instituição; (iv) compreender como a estrutura administrativa da instituição colabora com a Gestão Socioambiental; (v) identificar se o processo rumo a sustentabilidade da organização é adequado.

Analisando os estudos anteriores é possível perceber que esta pesquisa difere no que tange a gestão socioambiental, já que irá analisar a estrutura administrativa da UFV e dos órgãos responsáveis por tal gestão, considerando que a estrutura organizacional é a forma que a organização articula para realizar suas atividades. Diante de tal articulação será

possível enxergar como a instituição insere a gestão socioambiental e a põe em prática. Os resultados oriundos deste estudo podem servir de base para outras instituições que buscam se enquadrar a A3P, além de servir como instrumento de reflexão para a própria UFV em relação à melhoria contínua de suas práticas de gestão socioambiental.

Este estudo é organizado da seguinte maneira, no tópico seguinte é apresentado um marco teórico que fundamenta a discussão contextualizada nesta introdução e é usado como base para a realização da pesquisa. Na sequência descrevem-se os passos de operacionalização do estudo através dos procedimentos metodológicos. Após isso, são apresentados os resultados com sua respectiva discussão, por fim, têm-se as considerações finais que fazem um apanhado geral dos resultados e algumas reflexões provocativas.

## **2. MARCO CONCEITUAL**

### **2.1. Gestão Socioambiental**

Para Moran (2011) a crise ambiental é uma herança deixada do século passado e os reflexos dessa crise não remontam exclusivamente ao período mencionado, os impactos e o ritmo têm se ampliado desde a Revolução Industrial tornando-se mais preocupantes nos últimos sessenta anos. Perante essa crise, foi crescente o número de discussões globais em conferências e congressos a partir da década de sessenta. Sendo assim, é possível fazer uma ligação com os estudos de Braga et. al (2005) que apontam que a crise ambiental e suas consequências demandaram uma série de direcionamentos chamados de gestão ambiental.

Nesse contexto, Cogo, Oliveira e Tesser (2012) salientam que a sustentabilidade busca “garantir a disponibilidade dos recursos da Terra hoje, assim como para nossos descendentes, por meio de uma gestão que contemple a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado de nossas sociedades”.

Diante disso, Seiffert diz que “o processo de gestão ambiental surgiu como uma alternativa para buscar a sustentabilidade dos ecossistemas antrópicos, harmonizando suas interações com os ecossistemas naturais” (SEIFFERT, 2014, p. 45). Para Seiffert a gestão socioambiental envolve diversos atores, chamados decisores, como a sociedade civil, as ONG’s, os indivíduos e governos. Esses atores são movidos por forças motoras, ou seja, forças inerentes e externas, nesse caso a força motora seria a crise ambiental. Então, a força motora demanda uma medida imediata dos atores, denominadas mudanças desafiadoras, como a mudança nas políticas públicas ou no modo de gestão de uma instituição pública (SEIFFERT, 2014). Dessa maneira, Rek (2021) salienta a visão de Seiffert de que a gestão socioambiental é

um processo conflituoso, com diversos atores envolvidos, diversas forças motoras e diversas mudanças desafiadoras.

Em se tratando de forças motoras e mudanças desafiadoras citadas por Seiffert, Nascimento, Lemas e Mello (2014) complementam que para implementar uma gestão socioambiental, esta deve estar contida na missão das instituições e perpassar os planejamentos estratégico, tático e operacional, dessa forma é possível tornar esse tipo de gestão uma ferramenta de aplicabilidade interna. Sendo assim, a ética e os valores das instituições são postos para jogo ao se tratar de questões socioambientais, como consequência essas questões são incluídas nas políticas, metas e planos de ação das organizações. Então, as organizações são pressionadas e necessitam dar um retorno ao que tange às pressões em defesa ao meio ambiente, ou seja, as forças motoras, as quais contribuem para a mudança desafiadora: o processo de implementação da gestão socioambiental. (VIEGAS *et al.*, 2015).

Ademais, para que a gestão socioambiental possa ser incorporada em organizações, fazem-se necessárias ações e posturas estratégicas, o que pressupõe e compreende a existência de quatro componentes distintos de acordo com Seiffert (2014): 1) elaboração e instituição de uma política ambiental; 2) desenvolvimento de um planejamento; 3) um gerenciamento ambiental; e, 4) o monitoramento ambiental. Na subseção seguinte, são apresentados a discussão das questões socioambientais em IES.

## **2.2. Gestão Socioambiental em Instituição de Ensino Superior**

Araújo, Freitas e Rocha (2017) apontam o início do pensamento das questões ambientais nas IES na década de 1970, com a fundação da Associação Universitária para Meio Ambiente em 1979, na Bélgica, a qual tinha como finalidade agregar e promover a troca de informações sobre os problemas ambientais. Ainda antes disso, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, ocorridas respectivamente na Suécia em 1972 e na Geórgia em 1977, já falavam sobre a necessidade de implantação de questões ambientais em todos os níveis de ensino.

Depois disso, inúmeras conferências ocorreram sobre o assunto e as universidades se posicionaram a respeito das questões ambientais, incluindo as universidades brasileiras. O posicionamento foi feito através de declarações que apontavam as bases do projeto de reforma para a busca de sustentabilidade nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão das IES (ARAÚJO *et al.*, 2017). Diante do exposto, sabe-se que a Agenda Ambiental na Administração Pública, foi um dos meios encontrados pelo Governo Brasileiro para incentivar a Gestão Socioambiental frente aos compromissos assumidos (BRASIL, 2017).

A legislação brasileira também define deveres às IES no artigo 225 da Constituição Federal Brasileira, definindo a obrigação de defender o meio ambiente e realizar estudos sobre o impacto ambiental na instalação de quaisquer atividades que venham causar significativa degradação ao meio ambiente. Ainda sobre o dever das IES, para Barata, Kligerman e Gomez (2007), as instituições públicas, que têm a missão de promover o bem estar social, devem responder às exigências da sociedade, informando-lhes sobre aspectos socioambientais. A próxima subseção apresenta a explanação sobre a A3P.

### 2.3. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública foi iniciada em 1999 e tem como base o Capítulo IV da Agenda 21 Global, o Princípio 8 da Declaração Rio/92 e a Declaração de Joanesburgo, articulando, pois, com os padrões globais de sustentabilidade. Além disso, o principal foco da A3P é “estimular a ética e promover a autoestima dos servidores públicos; e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios da gestão socioambiental em suas atividades rotineiras” (BRASIL, 2017).

Destacam-se também os cinco objetivos principais da A3P, quais sejam (BRASIL, 2009, p.33): sensibilizar gestores públicos para as questões socioambientais; Promover o uso racional dos recursos naturais e redução dos gastos institucionais; Contribuir para a revisão dos padrões de produção e consumo de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública; Reduzir o impacto socioambiental negativo direto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; Contribuir para a melhoria da qualidade de vida. A A3P é dividida em eixos temáticos, conforme o quadro 2:

**Quadro 2:** Eixos temáticos da A3P

<b>Eixo Temático</b>	<b>Detalhamento</b>
1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma inteligente para que haja economia. Uso racional de energia, água, papel, copos, materiais de expediente, entre outros.
2. Gestão adequada dos resíduos Gerados	A gestão adequada dos resíduos, passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Pensar o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho	A A3P não se implanta sozinha – ela é feita pelas pessoas. A universidade deve atuar para que o ambiente seja o mais agradável possível.
4. Sensibilização e capacitação	A sensibilização busca consolidar nos servidores a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental.
5. Licitações sustentáveis	A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras. Apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio e longo prazo,

	quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.
--	---

Fonte: BRASIL (2017).

A Agenda também foi estruturada a partir de cinco eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

A partir do exposto, sabe-se que a A3P é sólida e coerente, mas Araújo, Ludewigs e Carmo (2015) sinalizam que a agenda não obtém lugar de destaque ao se tratar de práticas gerenciais das instituições, sendo incorporada nas intenções e políticas gerenciais, entretanto não sendo demonstrada em práticas efetivas.

Por fim, é importante destacar que o Programa A3P tem relação direta com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de ser um programa reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – Unesco. Após a explanação dos aspectos que amparam o trabalho, a próxima seção visa apresentar a metodologia empregada.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este é um estudo de natureza qualitativa, classificado quanto aos fins e quanto aos meios, conforme a taxonomia de Vergara (2000). Quanto aos fins trata-se de uma pesquisa descritiva porque visa expor as características de determinado fenômeno, no caso, a adesão e implantação de práticas por parte da instituição estudada à A3P. Quanto aos meios trata-se de uma pesquisa documental, pois partirá da análise de documentos públicos e institucionais, além de realizar pesquisas por palavras-chave na página de notícias do site institucional, e entrevistas semiestruturadas.

Conforme mencionado anteriormente, o campo escolhido para realização deste estudo foi a Universidade Federal de Viçosa que, desde a sua criação, oferece importante contribuição ao país com o expressivo número de profissionais diplomados, vindos de todo o Brasil e também do exterior. Somam-se a isso as diversas tecnologias desenvolvidas ou adaptadas para as condições brasileiras e os vários produtos melhorados na agropecuária, cujo desempenho é reconhecido nacional e internacionalmente.

Os dados foram coletados através dos seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional da UFV (PDI) 2012-2017 e o PDI 2018-2023; Plano de Logística Sustentável 2021-2023 e o Regimento interno da Pró- Reitoria de Administração.

Além disso, foram levantadas notícias publicadas no site institucional nos últimos cinco anos que dizem respeito a práticas socioambientais.

De forma complementar foram realizadas entrevistas, com base em um roteiro semiestruturado no intuito de confirmar os resultados provenientes da análise documental e também trazer novas informações acerca do status de desenvolvimento das práticas institucionais da IES estudada em relação à sua gestão socioambiental. Foram realizadas duas entrevistas; a primeira com o Diretor de Meio Ambiente da Universidade Federal de Viçosa, responsável por todos os planejamentos e implantação de projetos de sustentabilidade, além de ser o gestor da área e a segunda com a Assistente em Administração da Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento da Universidade Federal de Viçosa. O roteiro utilizado é apresentado no Quadro 4. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e tiveram duração média de 30 minutos.

**Quadro 4:** Roteiro de Entrevista

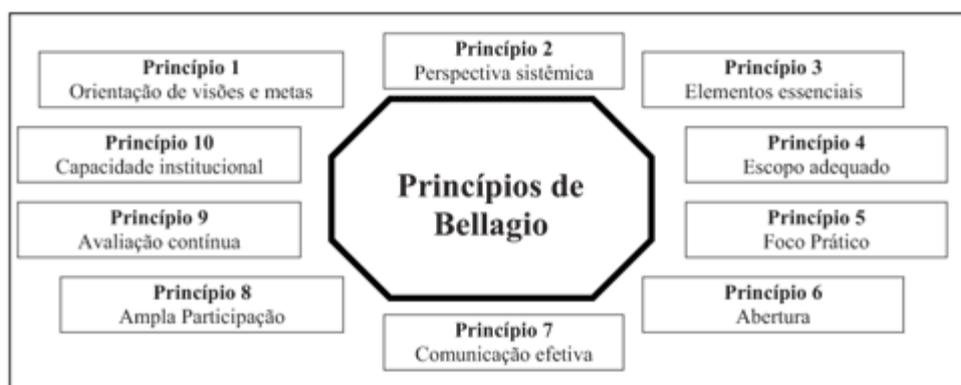
<b>Roteiro</b>
1. Quais são as dificuldades encontradas para implantação de práticas socioambientais?
2. Quais os principais avanços em relação a implantação de práticas socioambientais na universidade?
3. Você diria que a instituição cumpre totalmente a legislação ambiental? Justifique.
4. Quais atores dentro da estrutura administrativa você considera fundamental para a boa gestão socioambiental na instituição?
5. Qual paralelo você faz entre a gestão socioambiental na universidade e na comunidade?
6. Qual sua opinião sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública?
7. Você saberia dizer por que a Universidade não aderiu ao programa A3P?
8. Você acredita que a A3P poderia servir de subsídio para a gestão socioambiental na instituição? Poderia dar exemplos?
9. Como a Diretoria se atualiza em relação às legislações ambientais?

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

Para análise dos dados, os critérios utilizados seguiram os eixos da A3P: (i) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; (ii) Gestão adequada dos resíduos gerados; (iii) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; (iv) Sensibilização e capacitação dos servidores; (v) Licitações sustentáveis, conforme explicado anteriormente no Quadro 2. Ao analisar os documentos sobre a ótica de cada eixo, o intuito será averiguar o status de desenvolvimento da IES de forma geral e singular, fornecendo um diagnóstico da situação atual a partir da leitura das práticas planejadas, implementadas e em vias de implementação.

Após este primeiro levantamento, uma nova análise de cada eixo foi operacionalizada pela aplicação de um *checklist* baseado nos Princípios de Bellagio (HARDI; ZDAN, 1997). Conforme os autores, estes princípios são usados para orientar a avaliação de todo o processo de gestão socioambiental, desde a escolha, o projeto dos indicadores e sua interpretação, até a comunicação dos resultados finais, sendo princípios inter-relacionados, que devem ser aplicados de forma conjunta. Os mesmos foram criados com objetivo de aperfeiçoar, ou criar processos de avaliação do desenvolvimento sustentável de instituições, comunidades, empresas, governos, e até mesmo de organismos internacionais. Os Princípios de Bellagio orientam diversos trabalhos especialmente na área de indicadores de sustentabilidade (BECKER, 2004; BELL; MORSE, 2008; CEZARE et al., 2007; LOUETTE, 2009).

**Figura 1:** Princípios de Bellagio



**Fonte:** HARDI; ZDAN, 1997.

Por fim, em relação ao material proveniente das entrevistas, após a transcrição realizou-se uma análise de conteúdo (Bardin, 1977), seguindo a mesma lógica dos eixos da A3P e os direcionadores dos princípios de Bellagio. Na sequência são apresentados os resultados, bem como a análise e discussão dos mesmos.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1. Eixo 1: Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos

Em se tratando do consumo de papel, a universidade tem dados levantados nos PDI's sobre a quantidade de papel consumido e os valores gastos para essa frente. Sabendo da necessidade de mudança ocorreram práticas para diminuir o consumo de papel, como fazer ilhas de impressão, a fim de evitar que cada servidor tenha sua impressora particular e gaste mais papel e tinta, além do que, com as ilhas é possível ter um maior controle do consumo. Outra prática a ser destacada é o uso do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para a tramitação de processos, o que gerou uma grande economia. Por fim, a instituição

também procurou a identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição de papel (PDI 2018-2023).

Passando para o de consumo de energia, a UFV tem controle de gastos energéticos em seus três *campis* e adotou inúmeras ações para redução de gastos, tais como, fechar parcerias com a CEMIG e ANEEL, além de participar de editais de chamadas públicas com objetivo de eficiência energética. Em relação a gestão de gastos energéticos, a UFV está implantando no *Campus Viçosa*, um sistema de telemetria para melhorar o monitoramento de consumo de energia, podendo acompanhar o consumo de cada prédio e fazer intervenções se necessário for. (PDI 2018-2023).

Sobre o consumo de copos plásticos descartáveis, pode-se citar o “Projeto Atitude” em que foram distribuídas canecas reutilizáveis aos estudantes desde 2015, a fim de promover a conscientização e reduzir o consumo de copos.

O consumo de água não foi deixado de lado na instituição, sendo este também monitorado em todos os três *Campis* da universidade, a qual vem diminuindo o consumo de água tratada a cada ano, alcançando até uma redução de 35% adotando as ações: instalação de hidrômetros em edificações, substituição de destiladores por purificadores nos laboratórios, prevenção e identificação de vazamentos, substituição de equipamentos hidráulico-sanitários por modelos mais eficientes, perfuração e revitalização de poços (PDI2018-2023).

Diante do exposto, é possível afirmar que a instituição tem um status de desenvolvimento elevado neste eixo, tendo em vista que adota todas as principais ações citadas no quadro 3 e ainda realiza muitas outras não citadas que se enquadram no eixo e geram um grande impacto positivo. Oliveira, Santos e Cabral (2021), Chaves et al. (2020), Vieira e Medeiros (2020), também mantêm a análise deste eixo focada em ações relativas ao uso racional de energia, água, papel e copos plásticos. Além disso, Oliveira et al (2021) também acusa o uso do Sistema Eletrônico de Informações para redução do uso de papel. A seguir têm-se os resultados do segundo eixo estudado.

#### **4.2. Eixo 2: Gestão adequada de Resíduos Gerados**

As atividades relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos foram institucionalizadas com a criação da Divisão de Gerenciamento de Resíduos (DGS), no Campus Viçosa. Nos Campi Florestal e Rio Parnaíba não há um setor administrativo específico para o gerenciamento dos resíduos sólidos, a gestão é feita por servidores com atribuições relacionadas a esse tema. (Universidade Federal de Viçosa, 2017).

A instituição tem controle dos resíduos gerados em seus *campis*, orientado por meio de diversas normativas, políticas, leis municipais, leis estaduais e leis federais. Ela possui coleta seletiva e uma destinação adequada de resíduos, inclusive os resíduos perigosos. Sendo assim, o desenvolvimento da instituição nesse eixo é bastante claro, tendo em vista que possui ações significativas diante da A3P (PDI 2018- 2023).

#### **4.3. Eixo 3 e 4: Qualidade de Vida no Trabalho, Sensibilização e Capacitação**

A UFV desenvolve ações de qualidade de vida com a comunidade acadêmica em geral e dispõe, em seus campi, de setores específicos para organizar e estruturar essas ações. No Campus Viçosa, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP) é o setor responsável pelas políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas. A Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (DSS) órgão vinculado à PGP, é responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento das políticas referentes à saúde ocupacional, segurança e qualidade de vida dos servidores da Instituição.

No Campus Rio Paranaíba, a Diretoria Administrativa Financeira (DAF) é responsável por coordenar as ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho sendo o setor de Gestão de Pessoas responsável pela execução dessas ações. No Campus Florestal, as ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho são executadas pela Diretoria Administrativa-Financeira (DIA), por meio do Serviço de Gestão de Pessoas (SPE). Algumas ações executadas no CAF e CRP são vinculados à PGP.

Um exemplo de programa desenvolvido pela IES é o Programa de Esporte e Lazer na UFV (Pelú) que tem por finalidade democratizar o lazer e o esporte recreativo, valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária. Além do programa citado, a universidade conta com pelo menos mais dez programas que se enquadram no eixo.

Diante do exposto, observa-se que a instituição possui uma estrutura para tratar dos assuntos dos eixos 3 e 4 que foram analisados juntos, já que são complementares. Com todas as ações compiladas e com departamentos específicos para qualidade de vida, é entendível a preocupação com essa área. Com isso, a UFV visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional. Em seguida têm-se os resultados do quinto eixo estudado.

#### 4.4. Eixo 5: Licitações Sustentáveis

A maioria das ações encontradas nesse eixo ainda não foram efetivadas e compõem planos de ação da Diretoria de Meio Ambiente, o que demonstra que a UFV ainda não possui um bom desenvolvimento nessa área, entretanto, as ações previstas vão de acordo com a A3P, tais como, aumentar o percentual de compra de produtos sustentáveis, elaborar editais com critérios de sustentabilidade e acrescentar no catálogo de compras a categoria de produtos sustentáveis.

A partir dos planos de ações que a organização possui, espera-se que num futuro próximo também consiga alcançar um bom status de desenvolvimento neste eixo, levando em conta que as licitações sustentáveis implementam práticas para beneficiar o licitante, o meio ambiente, o governo e os cidadãos. Oliveira, Santos e Cabral (2021) salienta que “o critério do menor preço geralmente utilizado pode representar mais resíduos, mais problemas e mais impactos ambientais”, sendo assim a escolha de implantar num futuro próximo as ações citadas é ideal por parte da instituição. No próximo tópico tem-se a avaliação dos eixos de acordo com os Princípios de Bellagio.

#### 4.5. Avaliação do Processo com os Princípios de Bellagio

Para avaliar o processo de desenvolvimento sustentável da Universidade Federal de Viçosa, foi elaborada a seguinte *checklist*:

Quadro 5. Princípios de Bellagio

Eixo 1										
Princípios de Bellagio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Atende totalmente	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Atende					X					
Atende Parcialmente										
Eixo 2										
Princípios de Bellagio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Atende totalmente	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Atende					X					
Atende Parcialmente										
Eixo 3 e 4										
Princípios de Bellagio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Atende totalmente	X	X	X	X	X		X	X		X
Atende						X				
Atende Parcialmente									X	
Eixo 5										
Princípios de Bellagio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Atende totalmente	X	X	X	X	X		X	X		X
Atende						X				
Atende Parcialmente									X	

Fonte: Dados da pesquisa

Falando do Guia de Visão e Metas, a instituição tem uma visão clara de onde quer chegar e define metas específicas para alcançar o desejado, portanto em todos os eixos esse

princípio é totalmente atendido. Os documentos analisados destacam esse princípio, já que são compostos por avaliação de anos anteriores, auto avaliações, objetivos estratégicos, metas específicas e planos de ação, tendo, pois, um guia claro.

Analisando todo o processo com o princípio da Perspectiva Holística, em todos os eixos a UFV atende totalmente. Um exemplo da visão holística, é que a organização alia as práticas do eixo de qualidade de vida com as práticas de sensibilização e capacitação, demonstrando tal perspectiva. Além disso, a instituição possui indicadores e metas que abrangem o social, o ambiental e também o econômico.

Quanto ao terceiro princípio, a universidade atende totalmente, já que lida com várias questões de consumo, se preocupando com as futuras gerações. Ademais, a organização se posiciona e considera as condições ecológicas da qual a vida depende, sem contar que os documentos permitem observar o foco em alcançar um desenvolvimento sustentável acompanhado da construção de bem-estar social.

A instituição também possui um escopo adequado já que abrange um bom horizonte de tempo nos documentos de planejamento e normativa analisados, se preocupando, pois, com as necessidades, com futuro da instituição e da sociedade. Além do mais, a organização não se preocupa somente com os impactos em seus *Campis*, mas também com o impacto gerado na comunidade, seja este impacto positivo ou negativo.

Em relação ao quinto princípio que trata sobre o foco prático, a organização atende totalmente em todos os eixos, tendo em vista que possui vários documentos com normativas, os quais alguns foram usados para este estudo. Além disso, a universidade possui métodos de mensuração, já que é possível encontrar em todos os eixos indicadores relacionados, como levantamentos de consumo e de gastos. Para mais, ela também possui planejamentos muito bem estruturados, contendo objetivos, metas e ações socioambientais nos âmbitos estratégico, tático e operacional.

No quesito transparência a universidade atende em todos os eixos, já que a maior parte dos seus documentos que dispõem sobre sustentabilidade são acessíveis aos público, seja no portal institucional ou se foram demandados aos respectivos setores, entretanto os documentos não deixam explícito todos os julgamentos, suposições e incertezas nos dados e nas interpretações, não atendendo totalmente ao sexto princípio.

No que concerne à comunicação efetiva, a UFV atende totalmente em todos os eixos, usando de uma linguagem simples e clara, projetando indicadores e resultados para o público em geral, além de ter objetivos previstos para melhorar ainda mais a sua

comunicação. Para mais, entende-se que a forma com que os indicadores são expostos gera facilidade para quem os analisa.

No princípio da ampla participação a organização também atende totalmente em todos os eixos, levando em consideração que suas ações socioambientais e seu processo no geral envolvem diversos tipos de público, tais como os servidores, técnicos, os discentes, os docentes e a comunidade. Ademais, a UFV tem divisões específicas para várias ações socioambientais, por exemplo, a Divisão de Gerenciamento de Resíduos (DGS) no Campus Viçosa, o que assegura a adoção de práticas e os resultados da ação.

Em referência ao princípio da avaliação constante, este é um ponto de melhoria para a instituição, pois somente nos eixos 1 e 2 é possível determinar tendências, ajustar metas com os *insights* decorrentes do processo e conseguir obter o *feedback* necessário para a tomada de decisões. Os eixos 3 e 4 ainda não são bem determinados nesse sentido, mais a organização consegue atender. Quanto ao eixo 5 ainda não foi implementado totalmente e ainda não possui tais especificidades, atendendo parcialmente.

Por fim, o décimo princípio é o da capacidade institucional no qual a UFV alcança totalmente em todos os eixos, já que seu processo rumo à sustentabilidade é bem fundamentado e amparado por várias divisões e diretorias dentro da estrutura administrativa da organização. Em seguida, tem-se um parecer do status de desenvolvimento da universidade.

#### **4.6 Status de desenvolvimento socioambiental da UFV**

Entende-se que uma das maiores dificuldades encontradas para a implantação de práticas socioambientais na instituição está relacionada à cultura, tendo em vista que segundo o Diretor de Meio Ambiente da UFV “...tudo depende de uma mudança de cultura das pessoas, pois as pessoas com as suas práticas vão fazer a universidade ser sustentável”. O diretor também cita um exemplo do paralelo cultural entre a gestão socioambiental na universidade e na comunidade, sendo que, segundo ele, quem não faz o básico, como separar o lixo orgânico do lixo seco, também não estará atento a questões mais complicadas, como economia de água em épocas de seca. A Segunda entrevistada também cita que “a conscientização é o mais importante”, salientando que a cultura é uma dificuldade.

De acordo com o primeiro entrevistado, “outra dificuldade encontrada para implantar práticas socioambientais é o investimento, já que a universidade possui um repesamento de ações”. A UFV é uma organização antiga e somente há uma década atrás começou a organizar as demandas socioambientais dispersas na universidade, com isso existem

inúmeras ações a serem realizadas, mas estas não podem ser feitas todas de uma só vez por conta da questão orçamentária. Ele também afirma que “a implantação de práticas socioambientais não é um processo rápido na realidade da UFV, é um processo gradual”.

Em relação à Gestão Socioambiental, o primeiro entrevistado levanta que “a universidade acredita que a sustentabilidade é um caminho e vem se aperfeiçoando cada vez mais nesse sentido”. Um exemplo citado em entrevista é que quando a Diretoria de Meio Ambiente foi criada a equipe gestora ainda não tinha maturidade no que se refere às suas funções, diferentemente da realidade de hoje em que a diretoria possui metas, planejamentos e consegue gerir bem as práticas.

Sobre a A3P evidencia-se na fala do primeiro entrevistado que a universidade está em vias de implementação do programa, ainda não tendo aderido a este, sendo que a principal vantagem de adesão é, no momento, um dos gargalos da instituição: a divulgação de informação. Com a adesão à A3P a instituição acredita que terá um parecer melhor de seus indicadores e conseqüentemente uma melhor gestão socioambiental.

Em termos de estrutura organizacional, a segunda entrevistada cita que “o fato de a UFV ter diretorias e divisões para cada área, como Diretoria de Meio Ambiente, Divisão de Água e Esgoto e a Divisão de Gerenciamento de Resíduos, auxilia no desenvolvimento socioambiental”. Seguidamente, tem-se as considerações finais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise dos resultados, observou-se que a UFV tem dois eixos bem desenvolvidos, os eixos 1 e 2. Quanto aos eixos 3 e 4, estes possuem são um pouco menos desenvolvidos que os dois primeiros. Já o eixo das licitações sustentáveis ainda e subdesenvolvido, já que a maioria das ações ainda não foram realizadas. De modo geral, a avaliação dos eixos de acordo com os Princípios de Bellagio demonstra que o processo rumo à sustentabilidade estabelecido pela Universidade Federal de Viçosa é adequado. Apesar de possuir alguns pontos de melhoria, a universidade consegue atender todos os eixos.

Ademais, em se tratando do objetivo de entender a articulação da estrutura organizacional com a gestão socioambiental, a estrutura que a UFV dispõe atualmente e os ideias de sustentabilidade perpassando os planejamentos estratégico, tático e operacional promovem o suporte para a gestão socioambiental e supõe-se que a adesão à A3P colabore ainda mais com a gestão.

Para complementar, respondendo à pergunta de pesquisa, embora a instituição possua algumas dificuldades para a implantação de práticas socioambientais e elas sejam implementadas de maneira gradual, a quantidade de práticas aplicadas é considerável, além de ficar evidente a busca pelo aperfeiçoamento. Dessa forma, a universidade possui um alto status de desenvolvimento socioambiental.

Quanto às contribuições deste estudo, a aplicação dos princípios de Bellagio nos eixos da A3P permitiu observar de forma sistêmica o desenvolvimento de práticas socioambientais, além de servir como indicador do processo rumo à sustentabilidade. Por fim, a pesquisa possui algumas limitações, tendo em vista que é um estudo de caso único e não foi comparada a realidade da instituição estudada com a realidade de outras instituições de ensino superior. Além disso, não foram esgotadas todas as fontes documentais que a instituição possui e o número de entrevistados foi limitado. Sendo assim, sugere-se em futuros estudos que se amplie o número de entrevistados, que sejam realizados estudos comparativos e se levante mais fontes.

## REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARAÚJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; CARMO, E. A. A Agenda Ambiental na Administração Pública. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v.13, n. 32, p. 21-47, 2015.
- ARAÚJO, S. M.; FREITAS, L. S.; ROCHA, V. S. G. Gestão Ambiental: Práticas Sustentáveis nos Campi de uma IFES. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 7, n. 3, p. 36-50, 2017.
- BARATA, M. M. D. L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 165-170, 2007.
- BARBOSA, M. DE F. N.; CHAVES, R. A. M.; ARAGÃO, J. M. C.; CARVALHO, J. R. M. DE. Gestão Socioambiental no Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande: uma análise à luz da Agenda Ambiental na Administração Pública. *Revista Holos*, v.6, n. 36, p. 1-17, 2020.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BECKER, J. Making sustainable development evaluations work. *Sustainable Development*, v. 12, n. 4, p. 200–211, nov. 2004.
- BELL, S.; MORSE, S. *Sustainability Indicators: Measuring the Immeasurable?* 2. ed. London: Earthscan, 2008.
- BRAGA, B. et al. *Introdução à Engenharia Ambiental*. 2 ed. Vários autores. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Gestão socioambiental nas universidades públicas: A3P*. 2017. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Biblioteca/Documentos/universidade.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

- BRASIL. Manual A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública. Brasília: MMA; SDS, PNEA, 2009. <http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Biblioteca/Documentos/universidade.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.
- BOFF, L. Sustentabilidade – O que é. O que não é. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012, 200p.
- CEZARE, J. P.; MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR, A. Avaliação de política ambiental e sustentabilidade: estudo de caso do município de Santo André - SP. Revista Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 12, n. 4, p. 417–425, 2007.
- COGO, G. A R.; OLIVEIRA, I. L.; TESSER, D. P. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): um instrumento a favor da sustentabilidade na administração pública. XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Bento Gonçalves/RS, 2012.
- COHEN, M.; CAVAZOTTE, F. S. C. N.; COSTA, T. M.; FERREIRA, K. C. S. Responsabilidade socioambiental corporativa como fator de atração e retenção para jovens profissionais. Brazilian Business Review, v. 14, n. 1, p. 21-41, 2017.
- FIGUEIREDO, P.F.M.; SALES, J.D.A.; BATISTA, K. Institucionalização da TI Verde em Organizações Públicas: o abismo entre a gestão e a prática das ações socioambientais. Revista Gestão.org, v.19, p. 123-136, 2021.
- GOMES, A. R.; SILVA FILHO, J. C. L.; LEOCADIO, A. L. Teorias das Práticas: Análise da Adoção de Práticas Socioambientais em um Programa Público. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 14, n. 1, p. 3-17, 2020.
- HARDI, P.; ZDAN, T. Assessing Sustainable Development: Principles in Practice. Winnipeg: IISD, 1997. Disponível em: <<http://www.iisd.org/pdf/bellagio.pdf>>.
- LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- LOUETTE, A. Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental: Uma Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: WHH (Willis Harman House), 2007.
- LOYOLA, M. M. A Responsabilidade socioambiental da administração pública. Revista do Ministério Público do Estado de Goiás, Goiânia, 15, n. 1.809-5.917, p. 7-12, 2008.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda Ambiental na Administração Pública A3P. Brasília. 5a ed. Rev. e atualizada. 2009. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf). Acesso em: 31 out. 2022.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Curso de capacitação sustentabilidade na administração pública. Brasília-DF: MMA, 2017. 100 p. ISBS: 978-85-7738-343-6. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 31 out. 2022.
- MORAN, E. F. O desafio de pesquisa em interações homem-ambiente. In: MORAN, E. F. Meio Ambiente e Ciências Sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Editora SENAC, p. 21-53, 2011.
- OLIVEIRA, L. M. S.; SANTOS, S. M.; CABRAL, A. C. A. Gestão Socioambiental: Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública em Instituições de Ensino Superior. Revista Gestão e Sociedade, v.15, n. 41, p. 3984-4012, 2021.
- PRADO, F. E. D.; SILVA, S. S.; MASSELLI, P. F. T. Gestão Ambiental e sua Estrutura Administrativa na Universidade Federal de Lavras: Um Estudo Documental sob a Ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública. Revista Organizações e Sustentabilidade, v.7, nº1, p. 87-101, 2019.
- REK, M.; CORONA, H. M. P.; MELLO, N. A. A Crise Ambiental e as Alternativas à Sustentabilidade na Gestão Pública. Revista Jurídica, v. 4, n. 66, p. 549 - 566, 2021. SANTOS, G. F. D.; WEBER, A. L. Desenvolvimento Sustentável e

- Responsabilidade Social Empresarial: Uma Análise entre a Teoria e a Prática. Desenvolvimento em Questão, v. 18, n. 51, p. 247-267, 2020.
- SANTOS, F. L.; CARNEIRO, A. F.; SOUZA, J. A.; SOUZA, R. M. S. Análise da Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) pela Cidade Portal da Amazônia. Gestão e Sociedade, v. 11, n. 28, p. 1583-1610, 2017.
- SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. Atlas, 3a ed: São Paulo, 2014.
- VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2000.
- VIEGAS, S. F. S. S.; CABRAL, E. R.; GOMES, S. C.; CARVALHO, A. C. Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Estudo da Adesão e Ação em uma Universidade Pública. Organizações e Sustentabilidade, v. 4, n. 2, p. 7-28, 2015.
- VIEIRA, M. C. S.; MEDEIROS, L. G. Estudo de caso sobre a adesão de uma instituição de ensino superior à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Revista Tecnologia e Sociedade, v. 16, n. 45, p. 272-283, 2020.
- ZEITOUNE, B.; TRIGO, J., A.; TRIGO, A. G. M.; MARUYAMA, U. G. R. Práticas Sustentáveis: Adoção de Cultura Institucional em IES. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 13, n. 1, p.150-168, 2019.